

Curso Online de Filosofia

Olavo de Carvalho

Aula Nº 78

09 de outubro de 2010

[versão provisória]

Para uso exclusivo dos alunos do Curso Online de Filosofia.
O texto desta transcrição não foi revisto ou corrigido pelo autor.
Por favor não cite nem divulgue este material.

Boa noite a todos, sejam bem vindos.

Hoje nós temos aqui um grupo de estudantes do Brasil. A maioria veio para o curso da *Consciência de Imortalidade*, que será dado semana que vem, [outros] vieram para um programa de fim de semana, em que eu vou dar algumas explicações de ciência política e da conjuntura brasileira. Como seria impossível dar os três cursos — este no fim de semana, o outro durante a semana que vem, mais o Seminário no sábado — eu estou aproveitando para transmitir para os alunos do Seminário esta primeira aula que eu estou dando para o grupo de brasileiros aqui, de modo que [não haverá transmissão ao vivo] e vocês ouvirão esta gravação.

O assunto sai um pouco da linha que nós estávamos seguindo antes, mas sempre será útil, porque é uma matéria que nós iremos retomar mais adiante: os fundamentos da filosofia política e da ciência política, e o conjunto de instrumentos conceptuais e perceptivos que o estudioso necessita para poder apreender a realidade de uma situação sócio-política ao ponto de poder descrevê-la com acerto e fazer previsões adequadas. Uma das coisas notáveis que me aconteceram nos últimos vinte anos foi de estar continuamente analisando a situação política brasileira e internacional e fazer sempre previsões acertadas quando a maioria, senão a totalidade dos outros analistas, ia parar longe. Na eleição de 2002, por exemplo, a quase totalidade dos “especialistas” previa a derrota do Lula. Inclusive aqui, nos EUA, o *Los Angeles Times* juntou doze especialistas — cobrões das universidades, do CFR — e todos diziam que o Lula não teria mais de 30% da votação; e eu dizia que, não apenas o Lula iria vencer a eleição, mas como seria absolutamente impossível acontecer outra coisa. E que ele não só iria vencer aquela, como iria vencer a seguinte e que o PT tenderia a permanecer no poder por um tempo ilimitado. Esse foi um dos muitos exemplos de análises acertadas. A pergunta não é por que eu acertei, mas por que os outros erraram tanto. É evidente que eles estão lidando com um conjunto de instrumentos que não é adequado, pelo menos para a situação presente, embora pudesse funcionar em outras épocas.

Isso coloca diretamente o problema do fundamento mesmo das ciências sociais. Que é o conhecimento da sociedade humana, quais são os

instrumentos perceptivos e conceptuais necessários para captar o que está realmente acontecendo?

Para entrar nisso é preciso fazer um retrospecto biográfico para vocês entenderem porque essa coisa tem tanta importância para mim. Quando eu era moleque, logo que eu nasci, eu fiquei doente por sete anos, na cama, praticamente sem me mover, com febre o tempo todo, delirando. Eu sarei repentinamente, ninguém sabe por que eu estava doente e ninguém sabe por que eu sarei. Tão logo eu sarei, a primeira coisa que eu fiz foi ir para a escola. Na escola eu era um bebê, não sabia de absolutamente nada, todos já tinham pelo menos sete anos de experiência da vida e eu estava lá que nem um recém-chegado, um ET. Então eu tinha uma angustiante sensação de não estar entendendo nada — e eu tinha toda a razão, porque, de fato, eu não estava entendendo coisa nenhuma. Então eu desenvolvi uma verdadeira angústia, uma necessidade urgente de entender as situações humanas. Isso foi incentivado pelo fato de que eu via muito sofrimento em torno, nem sempre sofrimento material, financeiro, mas por qualquer motivo. Tudo era motivo para as pessoas sofrerem e, por incrível que pareça, durante a minha doença eu nunca tinha estado infeliz, embora tivesse estado doente por sete anos. A minha mãe diz que eu era de um bom humor indecente, que eu estava sempre tossindo e rindo, tossindo e rindo. Como eu nunca tinha estado saudável e não conseguia medir a diferença, então pra mim estava tudo bem. Mas eu via as pessoas sofrendo por mil e um motivos e queria entender aquilo. Desde menino eu decidi que a única coisa que me interessaria na vida seria o destino humano e tudo aquilo que fosse importante para a felicidade humana, para a realização do ser humano, etc. O resto não me interessava. No ginásio, as matérias que não diziam respeito diretamente a isso me pareciam apenas jogos; matemática, eu achava aquilo muito engraçado, [porque] me parecia um espécie de jogo de xadrez, uma coisa que devia ser muito divertida, mas que, no fim, não tinha importância nenhuma, porque não dizia respeito diretamente à vida humana — muito mais tarde eu fui entender a importância que aquilo poderia ter indiretamente. Eu me interessava sempre pela história, pela literatura, porque diziam respeito ao destino humano.

Desde pequenininho eu entendi que não era fácil compreender o que acontecia com os seres humanos, por que eles se comportavam desta ou de outra maneira; que eram necessários: em primeiro lugar, uma atenção extrema; e, em segundo lugar, o amor às pessoas que você observa, de modo que o seu desejo de compreender não o colocasse numa posição superior, como se você fosse um médico lidando com o corpo de um paciente moribundo, mas, ao contrário, realçasse sempre o senso da sua participação nos acontecimentos e nos destinos das pessoas.

Quando, mais tarde, eu comecei a me interessar pelas ciências sociais — a ler *As Regras do Método Sociológico*, do Dr. Durkheim, que define o fato social de tal modo que as intenções subjetivas dos seres humanos já não contavam absolutamente nada, como se fossem estruturas que agiam diretamente sobre as pessoas sem que houvesse nenhuma intencionalidade por trás; a estudar Karl Marx e outros autores que tratavam da história sempre em termos de estruturas impessoais, chegando ao cúmulo de aparecer algo como a história

sem personagens, de Fernand Braudel, sem um único personagem humano, só estatísticas, conceitos gerais, etc. —, eu comecei desde muito cedo a perceber que tinha alguma coisa errada nisso, isso já começou a me parecer duvidoso desde o primeiro instante. Mais tarde, eu vi que, em todas essas análises erradas que estavam sendo feitas da situação brasileira e da situação internacional, o erro sempre estava mais ou menos em você tratar essas forças históricas como se fossem hipóstases, como se fossem deuses, divindades, que tivessem vontade própria, que ia para além das intenções dos indivíduos concretos envolvidos. Tudo isso começou me parecer uma espécie de fantasmagoria, de bruxaria, porque o fato é que nunca ninguém viu uma força impessoal agindo; você vê pessoas agindo e nota nas várias ações que você percebe algumas constantes, alguns traços comuns, e você cria um conceito geral. Então eu tive de seguir uma linha completamente diferente: procurar a ação humana real e concreta, os sujeitos humanos que estão agindo. Depois, mais tarde, eu vi que eu estava entrando na tradição do chamado nominalismo português, que influenciou muito o Gilberto Freyre também.

A partir daí foram se formando na minha cabeça duas questões, a primeira é esta: Quem é o sujeito agente da história, da política? Quem age? Quem é o verdadeiro personagem da história? Quando você usa uma expressão como “história do Brasil”, é evidente que Brasil não é o sujeito da história, é o nome de um território, onde acontecem algumas coisas; o Brasil não é o personagem da sua história, é o cenário onde acontece a história. Mesmo em termos de identidade política, a identidade político-jurídica do Brasil mudou várias vezes. Nem aí esse personagem tem uma continuidade, uma substancialidade, ele continua sendo apenas o lugar, o cenário, onde as coisas acontecem. Então a “história do Brasil” é história de quem? [Para] os marxistas, é a história das classes sociais e da luta de classes; [para] outros, é a história das correntes culturais, ou a história das raças. [00:10] Tudo isso estava me parecendo cada vez mais fantasmagórico. Se história é a história das classes sociais — o relato da convivência, ora pacífica, ora belicosa, entre estas duas classes: a burguesia e o proletariado —, eu [me perguntei] como é possível uma classe social agir. Uma classe social é constituída de uma multidão de pessoas que não têm a mais mínima condição de se reunir e tomar decisões. Haverá no máximo dois ou três líderes que agem em nome dela, então são eles que estão agindo e não a classe. Ao falar de interesses de classe, como você poderia falar, por exemplo, do interesse da burguesia? Numa multidão de burgueses, cada um tem um interesse completamente diferente e freqüentemente hostil ao do outro. Como você poderia falar do interesse do conjunto da classe? Como procede Karl Marx pra resolver isso? Não conseguindo identificar qual é o interesse substantivo da burguesia, ele cria um simulacro, uma imagem de interesse, pela projeção inversa do interesse da classe supostamente antagônica, que é o proletariado. O interesse da burguesia passa a ser definido não em função das necessidades e ambições materiais reais da burguesia, mas em função do seu suposto antagonismo com o proletariado. E o interesse do proletariado, por sua vez, também não é definido substantivamente, mas é definido por oposição lógica aos interesses da burguesia. São dois fantasmas, cuja única substância consiste na sua oposição, mas não têm nada de substantivo. Por exemplo,

como você vai definir o interesse do proletariado? Qual é o interesse do proletariado: é ter uma vida melhor, ter salários melhores, etc.; ou é, ao contrário, assumir a propriedade das empresas, ter de ser o responsável por elas e, se a empresa falir, ir para o buraco?

Nós vimos que na Europa, quando o padrão de vida do proletariado começou a subir — começou a subir no séc. XIX, no fim do século já tinha subido bastante — houve uma debandada geral dos partidos comunistas. Os proletários não queriam mais ser comunistas, porque eles não queriam ser os proprietários das fábricas, eles queriam melhores salários e previdência social, etc. Os comunistas ficaram muito desarvorados com isso porque o seu público fugiu de repente, escapou das suas mãos. Veja que havia uma total indefinição do que seria o interesse do tal do proletariado; tanto que, na hora em que [se] descobriu quais eram seus interesses e começou a lutar por eles, o proletariado abandonou o partido que dizia defender esses mesmos interesses. Em tudo isso está havendo um equívoco. Todo esse pessoal está contando a história como se fosse uma disputa entre essas entidades anônimas e totalmente fantasmagóricas.

No entanto, também não se pode dizer que história é somente a história das ações individuais, porque um ser humano dura, em boa hipótese, noventa anos e morre. Ele não pode continuar agindo simplesmente porque morre e, se ninguém retomar aquilo, pegar o abacaxi e passar adiante, acabou a sua ação. Além disso, o indivíduo não pode agir historicamente antes da sua maturidade. Haveria um prazo útil de cinquenta ou sessenta anos, no máximo, no qual o indivíduo humano pode agir. A história, se fosse constituída apenas das ações dos indivíduos, estaria entrecortada, picotada, escandida, por assim dizer, pelo falecimento dos personagens.

O sujeito agente da história não são estas entidades fantasmagóricas: as nações, as classes, as raças, etc.; mas também não são os indivíduos. Aí eu me coloquei a primeira pergunta: “Quem é o sujeito agente da história?” Se não souber responder essa pergunta, você nunca entenderá nenhuma conjuntura político-social que seja. É essa a pergunta decisiva do método em sociologia, em ciência política, etc.

A segunda pergunta que vinha junto com essa foi a seguinte: “No que consiste a ação histórica?” Quando é que uma ação humana chega a ter um alcance histórico ao ponto de alterar o destino de sociedades inteiras? E qual é a diferença entre esse tipo de ação e a ação comum e corrente das pessoas no dia a dia — que fazemos para nossa própria manutenção, como a da mulher fritar um ovo para o marido, ou a do sujeito tomar banho? Quando um sujeito sai para trabalhar, então ele já entra numa esfera de ação em que o poder decisório não é mais só dele. O indivíduo pode decidir se ele vai tomar banho agora ou daqui a pouco ou se jamais irá tomar banho, mas nas suas relações de trabalho já não é assim, as suas decisões são compartilhadas com outras pessoas e há outros interesses em jogo. Então, no que consiste exatamente a ação histórica?

Esse problema da ação histórica me colocou uma terceira pergunta: a do poder de ação. Sem uma compreensão do que é o fenômeno do poder, é impossível descrever uma situação política e muito menos poder tomar uma decisão clara quanto a uma ação eficaz a ser desenvolvida nesse cenário.

Vamos pegar essas três perguntas na ordem inversa. Primeiro a questão do poder. Depois de lutar com essa questão durante algum tempo eu cheguei à conclusão mais óbvia de todas: nós precisamos urgentemente de uma fenomenologia do poder, saber o que é o poder. O poder pode ser definido da maneira mais simples e clara como possibilidade concreta de ação. Possibilidade de ação eu não preciso explicar o que é, mas eu digo concreta, porque às vezes pode haver uma possibilidade hipotética. Por exemplo, eu tenho a possibilidade hipotética de me tornar Papa. Possibilidade hipotética significa apenas que nada impede. Possibilidade concreta significa que os meios necessários para aquela ação já estão no seu poder ou são de fácil aquisição; que, dentro de uma situação concreta e específica, você tem acesso a determinados meios de ação e, portanto, pode desenrolar aquela ação. Poder é a possibilidade concreta de ação, mas isso não basta, evidentemente, para definir o poder no sentido político da coisa. Por exemplo, eu tenho a possibilidade concreta de levantar aqui e virar esta mesa no momento em que eu quiser, a mesa está aqui e eu tenho a força física requerida para isso; agora, se eu quiser mover a casa, eu já não posso. O poder político não se esgota nessa possibilidade de ação individual, ele necessita de uma transferência do sujeito da ação. O poder político consiste na possibilidade concreta de determinar ações alheias.

Aluno: Uma ordem?

Olavo: Não, a ordem ainda não, ela entra daqui a pouco, [mas] a possibilidade concreta de você determinar ações alheias. A ação não subentende uma ordem pré-existente, porque ela pode criar a ordem. Aliás, só se pode falar de ordem a partir do momento em que alguém tenha o poder de determinar a ação alheia. Se não houver essa possibilidade, isto é, se cada um é um sujeito autônomo, que toma suas decisões livre de qualquer interferência externa, então não há ordem social alguma, há apenas átomos separados e cada um age da sua maneira. Não é impossível que numa situação assim possa haver alguma harmonia. Isso não significa a luta de todos contra todos, do Hobbes; não, pode ser que entre vários sujeitos autônomos, dos quais um não tem poder sobre o outro, haja até certa harmonia determinada por outros fatores.

Quais são, então, as possibilidades de ação política? De que meios as pessoas dispõem para induzir os outros a agir da maneira que elas querem? Ou seja, quais são os meios de poder que existem? Eu cheguei à conclusão que só existem três meios de poder. O primeiro meio de poder é a possibilidade de trazer um dano à pessoa, induzir a pessoa a fazer o que você quer mediante a agressão física, ou ameaça de agressão ou de castigo. Nós exercemos esse poder sobre um cachorro, uma criança e, às vezes, exercemos sobre outras pessoas. [00:20] [Se] qualquer trombadinha chega e encosta na sua barriga um fuzil AR-15, você é obrigado a fazer o que ele quiser. Isso não quer dizer que ele vai te matar necessariamente, mas a possibilidade do dano é o meio mais

óbvio, mais evidente e mais brutal do poder. O segundo meio de influência é a promessa de um benefício: “Você faz tal coisa e eu te darei um prêmio.” Por exemplo, quando uma pessoa faz um trabalho para você. [Se] eu contrato um sujeito para consertar o encanamento da minha casa, como eu vou obrigá-lo a fazer o que eu quero? Eu não posso encostar um revólver na cabeça dele e dizer: “Conserta o meu encanamento, senão eu te mato”. Então nós fazemos um acordo, eu prometo pagar a ele certa quantia.

Note que o primeiro desses meios de poder é de eficácia imediata e brutal, ele funciona em quase 100% dos casos. O caso limite é aquele em que uma pessoa prefere antes morrer a obedecer ao que o outro está dizendo, mas esse caso é raríssimo. Para acontecer isso é preciso que a ordem dada contrarie demais os interesses e os valores da pessoa. Em geral a pessoa ameaçada obedecerá. Esse meio de poder é tão óbvio, tão claro, tão nítido, que ele funciona como modelo para você compreender todos os outros. No caso da segunda modalidade, que é a oferta de um benefício, a supressão do benefício é, por sua vez, uma ameaça de malefício, ou seja, se você não fizer o serviço direito, eu não te pago. Mas você vê que o segundo meio tem uma força sugestiva e atrativa, mas ele não tem uma força coercitiva, exceto no caso em que o benefício prometido atenda a alguma necessidade tão urgente e inadiável que a pessoa não pode recusar a oferta. Por exemplo, eu estou morrendo de fome, bato na casa, peço dinheiro e a pessoa diz: “Bom, se você cortar minha grama eu te dou dez dólares”. Eu praticamente sou obrigado a aceitar aquilo porque a falta dos dez dólares pode me matar. Este é um caso limite em que a segunda modalidade de poder se transforma na primeira. A supressão do benefício seria um malefício grave e iminente; mas é claro que isso não é o que acontece, geralmente. Em geral, só a primeira modalidade de poder, que é o poder de destruição, tem eficácia imediata e praticamente garantida; a segunda depende dos interesses e da livre decisão do subordinado.

Existe uma terceira modalidade de poder, que é aquela na qual, através da linguagem, você modela a visão do mundo da pessoa de tal modo que ela agirá dentro das linhas que você prescreveu, porque ela não conhece outras.

A essas três modalidades nós podemos chamar : à primeira, poder político-militar; à segunda, poder financeiro e à terceira, poder intelectual ou espiritual, como queiram. A essas três modalidades de poder correspondem três camadas sociais ou três classes que tiveram inúmeras encarnações históricas diferentes, em contextos diferentes e também com funções diferentes. Observando, por exemplo, a formação da Europa, nós vemos que a classe militar foi determinante, porque a Europa, tal como nós a conhecemos hoje, se forma com o desmembramento do império romano, a partir das invasões bárbaras, que espalharam terror por toda parte. A classe dominante de Roma — que geralmente morava em Roma mesmo, tinha suas fazendas, propriedades de terra das quais viviam, mas cuja ocupação principal não era a de fazendeiro, ao contrário, era a de político; — foge de Roma, do centro urbano de poder e se refugia nas suas fazendas e cada um cria o seu exército particular para se defender. Isso é o que nós chamamos de feudalismo. A invasão bárbara criou o feudalismo dismantelando a organização política

romana e fazendo com que milhões de entidades políticas autônomas se espalhassem por toda Europa. É claro que isso aí foi só o começo, porque as invasões bárbaras continuaram fazendo uma devastação enorme. Em vários lugares começaram a surgir focos de resistência e aquelas pessoas que eram capazes de fornecer uma resistência armada ao invasor, que demonstrava algum talento militar, se transformavam, naturalmente, nos líderes das cidades e então as cidades que eram defendidas por eles lhe ofereciam prêmios, geralmente terras.

Houve aí uma dupla classe feudal: os nobres romanos, que já tinham as suas fazendas e se retiraram para elas; e os novos nobres que se formaram no campo da guerra e se afirmaram pelas suas vitórias; pela vitória militar adquiriam prestígio, pelo prestígio adquiriam terras. Foi o poder militar que criou a riqueza e não o contrário. O fator militar foi predominante durante certa época. Mais para adiante, quando essa nobreza já estava estabelecida, então se cria, naturalmente, o problema da liderança da nobreza. A simples existência de vários focos independentes, não só de defesa militar, mas de criação de riquezas, que eram as fazendas, já não era suficiente para atender às novas demandas do campo bélico. Precisava haver uma organização dos nobres entre si. Surgem daí as figuras dos reis. O rei não é nada mais do que um *primus inter pares*, um dos senhores feudais que, com um pouco mais de prestígio que os outros, era nomeado chefe para fins militares, mas não tinha autoridade sobre [os demais]. À medida que a situação histórica vai se tornando mais complexa, a necessidade de uma organização central vai se fazendo sentir cada vez mais e, naturalmente, os reis se esforçam para aumentar o seu poder, criando-se uma disputa entre os reis e a nobreza. Qual é o meio que o rei tinha para controlar os seus próprios pares? Ele precisava ter mais dinheiro para poder ter um exército maior e dominá-los. Só havia duas maneiras de obter essa riqueza. Na primeira eles roubavam seus pares, que foi o que aconteceu em Portugal. O rei Afonso Henriques, que criou Portugal, assaltava pessoalmente os seus vizinhos. Ele mesmo pulava a janela e cortava a garganta do desgraçado que estava dormindo, e assim, cortando uma garganta aqui e outra ali, ele foi formando um feudo maior que os outros e acabou criando o reino de Portugal. O outro meio era recorrer a empréstimos de quem tivesse prosperado em qualquer ramo do comércio e tivesse um reserva de dinheiro. O dinheiro era emprestado ao rei em troca de algum favor, que era geralmente a aquisição do direito de imprimir dinheiro dentro daquele reino caso o rei recebedor do empréstimo saísse vencedor. Foi assim que se formou, por exemplo, o Banco da Inglaterra, que é uma entidade privada. Um banqueiro, cujo nome eu me esqueci, emprestou dinheiro ao rei — para conseguir deter a revolução republicana na época, chefiada por Cromwell —, que saiu vencedor e, naturalmente, o Banco da Inglaterra recebeu o direito de imprimir todo o dinheiro da Inglaterra.

Por essa época esses banqueiros descobriram uma coisa absolutamente formidável: que eles podiam emprestar muito mais dinheiro do que realmente tinham. [Para cada] cem libras guardadas (*Nota do revisor: o exemplo é genérico, usando dólares, que eu tomei a liberdade de substituir por libras, unidade monetária inglesa, para adequar ao contexto*), eles poderiam emprestar mil libras, [bastava] que imprimissem os outros novecentos, porque

eles sabiam que, dos seus devedores, nem todos iriam falhar. Esse dinheiro virtual que eles tinham se tornava imprestável. [00:30] Esta é a origem de todo o sistema bancário moderno: o dinheiro inexistente que pode ser emprestado e render juros. Com isso aí, essa classe bancária e comercial começa a adquirir um poder extraordinário e a descobrir que eles podem fazer e desfazer reis. Não que eles fossem uma classe totalmente distinta da nobreza — pensar que a burguesia é uma coisa e a aristocracia é outra foi um grande erro de Karl Marx —, porque os primeiros capitalistas da Europa foram os próprios nobres. Eles começaram a ganhar dinheiro na indústria imobiliária. Quando se formaram as cidades, quem tinha algum dinheiro eram eles mesmos, então eles bancaram a indústria imobiliária e ficaram formidavelmente ricos. Praticamente não existe distinção entre a classe nobre e a classe burguesa, com uma exceção: os judeus, que, [como] não podiam ter terras, capricharam na atividade bancária e se deram muito bem com ela. Eu sei que aí é que começa a influência do poder propriamente financeiro. O poder financeiro acaba se sobrepondo, de algum modo, ao poder político-militar dos senhores feudais, isso é um processo que se desenrola por muitos séculos.

Ao mesmo tempo existe a formação de outro núcleo de poder, que é a origem da moderna burocracia. À medida que vai crescendo o poder dos reis, a necessidade de uma organização central que funcionasse vai se fazendo sentir cada vez mais e, como ao mesmo tempo existe uma disputa entre o rei e a aristocracia, então nem sempre o rei confia nos aristocratas como agentes de governo. Começa a se formar a burocracia profissional: pessoas de origem não aristocrática, que começam a preencher cargos na burocracia, como coletores de impostos, como escrivães, etc. A pequena burguesia, que é o pessoal da classe urbana, mas que não tinha muito dinheiro, descobre nisso uma possibilidade de ascensão social formidável. Um plebeu que tivesse alguma habilidade, ou contábil, ou de qualquer outra atividade burocrática, poderia subir muito na hierarquia e se tornar um homem de muita confiança do rei, muito acima dos aristocratas. Evidentemente, essa burocracia cresce de maneira formidável.

Na França acontece uma coisa engraçada, porque foi o país onde mais cresceu mais rapidamente a burocracia estatal, sobretudo sob Luís XIV, e, com isto mesmo, os nobres ficaram sem função. Eles não tinham mais função militar, porque o rei tinha constituído um exército profissional; não tinham mais função burocrática, porque o rei tinha constituído uma burocracia profissional. A vida deles era apenas gastar dinheiro, ao mesmo tempo em que conservavam os seus direitos antigos de coletar impostos dos moradores dos seus domínios. Criou-se uma imensa classe ociosa.

Ao mesmo tempo, o crescimento da burocracia cria um terceiro fenômeno ainda mais estranho. A burocracia, por mais que crescesse, jamais teria lugar para todos os plebeus que tinham ambição de subir na vida através dela, então se cria em torno da dela o que eu chamo burocracia virtual. São todos aqueles que sendo plebeus — o sujeito que não tem terra, não tem nobreza, não tem dinheiro, não tem nada — estudam para entrar na burocracia, mas não conseguem. Cria-se então uma classe de pessoas relativamente letradas, que estão fora da burocracia, mas que só poderiam subir na vida através dela.

Essa vai ser a classe revolucionária, por excelência. Se você estudar a vida de todos os doutrinários, propagandistas do séc. XVIII, [verá que] são todos pessoas que não [encontravam] lugar burocracia estatal, [apesar de possuírem] as qualificações requeridas para [tal].

Ao mesmo tempo, a formação dos exércitos profissionais faz com que o poder militar deixe de ser por si mesmo um poder e se torne um instrumento na mão da burocracia estatal, sustentado, por sua vez, pelos capitalistas. O militar profissional de hoje não se parece absolutamente nada com o senhor feudal e nem mesmo sabe que ele é uma fonte de poder. Militares geralmente não sabem que eles têm o poder na mão — no fundo, só eles têm. A complexidade da vida política atual é tal que o militar sente que é um funcionário público, entre outros. Essa quebra ou degradação do poder militar cria a apoteose do poder financeiro. Note bem, o poder financeiro continua sendo apenas um poder feminino; ele tem um poder de atração, mas não tem o poder de intimidação nem de destruição direta. Hoje em dia todo mundo pensa que dinheiro é poder. Não, dinheiro é um meio de você conseguir poder, mas ele não é, em si mesmo, um poder. Se você não tem nas suas mãos o poder de matar, então você só tem o poder de atrair mediante a promessa de benefícios e esse poder não se impõe por si mesmo, ele é indireto e a sua imposição é um processo muito complicado, cheio de ambiguidades psicológicas.

Dentre essas ambiguidades existe uma que é, aliás, estudada brilhantemente pelo Alexander Zinoviev, no livro *The reality of Communism*. Imagine uma empresa, que tem as suas finalidades. Suponhamos que o seu negócio seja vender telefones. [Essa empresa] requer toda a tecnologia industrial para planejar e fabricar os telefones, toda a tecnologia comercial para colocar isso no mercado. A aquisição do conhecimento necessário para a realização das finalidades da empresa é uma coisa enormemente complicada — [é preciso] estudar eletrônica, telefonia, todos os problemas do mercado de telefones, etc. — e requer uma vida para você dominar essa tecnologia. Ao mesmo tempo, a empresa é uma estrutura organizacional, por si mesma, [com] um sistema de mando e uma hierarquia de comando; e, nesta hierarquia de comando, as pessoas podem subir ou descer, chegar a diretor, a vice-presidente; podem cair. Como se orientar dentro da empresa para manter a sua posição ou para subir dentro dela? Note que isso também é uma tecnologia. Digamos que essa é uma técnica política, que não tem nada a ver com a fabricação de telefones; são domínios completamente diferentes de conhecimento, mas ambos são igualmente complicados. Como subir na vida e adquirir poder dentro de uma empresa? É claro que isso não tem nada a ver com eletrônica, isso é uma outra tecnologia. Digamos que numa situação normal essas duas tecnologias operam concordantemente para que os objetivos da empresa sejam realizados e para que todos os que estão dentro da empresa sejam beneficiados por isso. Porém isso não acontece necessariamente; essas duas tecnologias não cooperam espontaneamente, elas só cooperam espontaneamente quando existe um interesse superior que as force a fazer isso. [Se] eu fosse o dono de uma empresa, eu faria com que a melhor técnica de telefonia possível e a melhor técnica mercadológica possível colaborassem com a melhor técnica política de administração de empresa e

para a manutenção da hierarquia, de tal modo que esta funcione em benefício dos fins da empresa. Isto só aconteceria porque tenho eu no topo da cadeia de comando e eu faço com que essas duas linhas de conhecimento tecnológico funcionem harmonicamente. No entanto, é fácil ver que o divórcio entre essas duas linhas de ação acontece com uma facilidade enorme.

[00:40] A partir do momento mesmo em que o poder financeiro se afirma como o poder dominante na Europa, surge dentro dele o que alguém chamaria, erroneamente, “a revolução dos gerentes”, porque não são só os gerentes que entram nisso. Existe toda uma atividade econômica destinada a certos fins que são determinados pelos proprietários, pelos burgueses, pelos capitalistas, etc.; e existe outra linha de ação, que é o interesse de ascensão social das pessoas que estão na burocracia privada, das que estão na burocracia estatal e daquelas que estão no que eu chamo de burocracia virtual: todos aqueles camaradas que estão espalhados em volta, querem entrar, mas não conseguiram ainda. Toda esta gente só se ocupa de uma coisa: subir na vida e adquirir poder — é como se essa gente só fizesse política. Quem sobe dentro da empresa é aquele que melhor conhece as finalidades da empresa e que melhor acerta? Não, é aquele que mais conhece a técnica política. A partir daí você tem esse elemento de tensão que está presente em todo o universo chamado capitalista e que no universo socialista vai chegar à apoteose: a luta da técnica política contra a técnica econômica. É evidente que no socialismo a técnica política predomina 100%, porque o único meio de subir na hierarquia é entrando no partido e adquirindo bons amigos lá dentro. Do mesmo modo, dentro das empresas, esse fator se torna mais importante; o indivíduo que tem a carteirinha do Partido e que está bem colocado nele terá preferência nas promoções perante o sujeito que seja um bom técnico, um bom economista, bom engenheiro, mas que está fora do Partido. A política passa a predominar.

A disputa entre a política e a economia é uma das constantes do universo moderno e este é um dos motivos pelos quais analisar a política a partir da economia é um erro monstruoso, porque o processo de conquista do poder não tem nada a ver com o processo do enriquecimento, que é o processo da eficiência capitalista. Eficiência capitalista é uma coisa e a eficiência em subir na vida é outra completamente diferente. Esta é uma das linhas: da análise do poder chegamos à conclusão de que você tem, por toda parte, esta disputa entre a política e a economia.

Há ainda um terceiro elemento agravante. O que eu chamei burocracia virtual é a origem do que nós vamos chamar os intelectuais modernos. Os jornalistas, escritores, oradores, propagandistas, professores, padres, [formam] uma classe imensa, que não tem meios de poder direto, que tem as qualificações pra subir na burocracia, mas não tem as qualificações técnicas para exercer nenhuma função econômica produtiva. Eu confesso que eu mesmo pertencço a essa classe. Eu conheço a técnica política de trás para diante, mas eu não seria capaz de fabricar uma radio de pilha. As minhas classificações tecnológicas na indústria seriam nulas, no entanto, numa indústria eu poderia facilmente chegar a presidente, porque eu conheço a técnica política. É o caso de um conhecido meu na Romênia, nomeado engenheiro chefe de uma

indústria com um diploma de filosofia. Ele disse para os caras do Partido que não entendia absolutamente nada de engenharia, mas isso não interessava. Isso, evidentemente, aconteceu num regime socialista. Basta esse ponto para você entender por que toda esta classe, que eu chamo burocracia virtual, é tão profundamente inclinada ao socialismo e às doutrinas revolucionárias em geral: é porque todo o futuro deles depende de que a atividade política se sobreponha às necessidades da técnica, da indústria, etc. Ela só pode subir na vida através de meios políticos, sobretudo a fala. É claro que essa classe produzirá, a partir do séc. XVIII, sobretudo, uma imensa literatura destinada a justificar e legitimar a sua própria ascensão por todos os meios, identificando, portanto, os seus interesses com os interesses da humanidade em geral, sobretudo dos pobres e oprimidos. Eles estão fazendo isso desde o séc. XVIII.

Por isso também entendemos que, quando esse pessoal consegue dominar a sociedade inteira passando sobre as necessidades da técnica e da indústria, os pobres, em vez de melhorar, caem de padrão de vida. Ninguém conseguiu criar tanta miséria como se criou na URSS, na China, etc., porque a ascensão da burocracia virtual ou dos intelectuais nada tem a ver com os interesses reais dos pobres e oprimidos, mas tem a ver com a luta da própria intelectualidade pela sua própria sobrevivência e ascensão. Mais ainda, com a criação das universidades modernas, que no séc. XIX se espalharam pela Europa inteira como um rastilho de pólvora, o tamanho da burocracia virtual cresce indefinidamente. Nós podemos dizer que uma das maiores ocupações das nações hoje é criar a burocracia virtual, é criar mais e mais pessoas que não estão qualificadas para nenhuma atividade econômica, mas estão muito bem qualificadas para uma atividade política, incluindo aí, evidentemente, toda a atividade cultural, educacional, etc. Tudo isso, para eles, é meio de ascensão social. Otto Maria Carpeaux os chamou de proletariado universitário. Eles são, ao mesmo tempo, uma classe privilegiada, porque recebem gratuitamente o ensino e todos os meios de progredir na vida, mas também são uma classe excluída, porque eles não estão diretamente no poder; nem no poder político, nem no financeiro. A mera existência dessa classe prova que a sua vida é uma luta constante pela sua ascensão, a qual sempre tem de ser justificada em função dos chamados interesses da população em geral. Eles olham a si mesmos como se fossem os representantes da humanidade. Eles falam em nome de toda a humanidade — sempre. E, quando eles sobem, a humanidade não sobe; são somente eles, que, em geral, sobem pisando na cabeça do resto da humanidade — isso é tudo muito natural.

Vamos juntar essa análise com a análise da pergunta de quem é o sujeito da história. Quais são as condições para que uma ação humana qualquer adquira dimensão histórica, isto é, possa afetar o destino da sociedade inteira ou da humanidade inteira? A primeira e mais óbvia condição — que, por incrível que pareça, escandalosamente, os sociólogos da história nunca prestaram a menor atenção — é que esta ação tem de ser contínua no tempo. Qualquer ação que se esgote no prazo de vida de um cidadão não se incorpora na história, evidentemente. Aquilo tudo é apagado no dia seguinte. No entanto, nós vemos ações que se prolongam por séculos, às vezes até por milênios. Cinco mil anos atrás Moisés subiu no alto do Sinai, recebeu uma série de regras: os

Dez Mandamentos de Deus, que, decorridos milênios, os judeus ainda obedecem. Esse é um poder que se prolonga no tempo.

Perguntei eu: “Quais são as entidades, historicamente existentes, que têm condições de ação histórica, ou seja, de uma ação que se prolonga por muitas e muitas gerações?” Eu cheguei à conclusão de que só existem os seguintes agentes históricos e que tudo o mais são aparências em torno disso: (a) as grandes religiões, primeira e mais óbvia forma de ação, que ensinam, geração após geração, as mesmas coisas às pessoas e colocam normas de conduta que atravessam os milênios — os Dez Mandamentos que os judeus obedeciam no tempo de Moisés ainda são os mesmos; com os cristãos e os islâmicos, a mesma coisa —, são agentes históricos reais; **[00:50]** (b) [também] podem criar uma ação histórica as sociedades ocultistas e iniciáticas, de modo geral, que moldam a cabeça de seus membros, geração após geração, segundo os mesmos cânones — fazendo os mesmos ritos, os mesmos juramentos, etc. — e têm a condição de planejar uma ação de longuíssimo prazo; (c) as dinastias nobiliárquicas, toda a aristocracia, oficial ou não, [que são] famílias conscientes da durabilidade dos seus interesses [e que] podem educar os seus filhos, netos e bisnetos para que prossigam um programa de ação iniciado lá para trás — se você estudar a história dos Rockfeller, dos Rothschild e outras famílias deste tipo, você verá que é exatamente assim: eles estão prosseguindo planos de ação concebidos muito antes de que eles nascessem; esta fidelidade aos mentores mortos é a condição de uma ação de longo prazo; (d) o Partido Comunista, entidade criada no séc. XIX com o nome de Liga dos Justos, que também tem um processo de formação das gerações seguintes para que prossigam ações planejadas muito antes do seu nascimento e que se incorporem numa corrente histórica. Se nós fomos nos ater a um meio humano, descontando os anjo e demônios, que também duram indefinidamente e podem agir, só existem esses quatro agentes históricos.

Isso quer dizer que o pessoal da chamada burocracia virtual, não se incorporando nem às religiões, nem às famílias dinásticas, só podem alcançar alguma ação eficaz através dos outros dois agentes: as organizações revolucionárias capazes — não são todas, evidentemente: o Partido Nazista foi uma organização revolucionária que durou pouco e não teve possibilidade de verdadeira ação histórica — ou através das sociedades iniciáticas: a maçonaria, companheiragem, a Rosa Cruz, etc.

Só há um jeito de entender a dinâmica do poder na história. No livro *La Rebelión de las Masas* — na segunda parte, que é mais importante ainda que a primeira —, Ortega y Gasset faz a famosa pergunta: “Quem manda no mundo?” O problema do mando, a capacidade de fazer outras pessoas agirem da maneira que você quer, depende de outro elemento, que eu chamo de horizonte de consciência: o conjunto das informações de que você dispõe e é capaz de transformar em estratégia e tática num prazo razoável; só ter a informação também não basta. Quem são, evidentemente, os donos do horizonte de consciência? São os intelectuais, que são a burocracia virtual.

Em cada época existe uma classe intelectual e o fenômeno mais característico da era moderna é a substituição do clero católico pela intelectualidade universitária, em primeiro lugar, e pela burocracia virtual, em segundo. É evidente que as universidades foram criadas com outros propósitos, mas hoje elas são as servidoras da burocracia virtual. Descontando este breve interregno na renascença no qual as universidades, a classe científica e acadêmica, os filósofos foram os elementos ativos, a grande mudança foi a substituição do clero católico pela burocracia virtual. Houve um período de dois séculos, em que a situação ficou um pouco indefinida — nós podemos analisar isso depois —, mas, a partir do séc. XVIII, o formulador do conjunto de informações disponíveis na sociedade é o pessoal da burocracia virtual. Muitos deles não são intelectuais no sentido profissional da coisa, de serem filósofos, historiadores, etc., mas são o que nós chamamos de formadores de opinião. Essa classe intelectual vai desde o mais sábio que exista no momento até o último palpiteiro da esquina; tudo isso é classe intelectual. E é dessa gente que se forma o horizonte de consciência acessível aos demais membros da sociedade. Eles fazem isso, evidentemente, através do domínio dos meios de informação e do domínio da linguagem.

A partir do momento em que certo horizonte de consciência é delimitado, pode-se dizer que ninguém sabe nada além daquilo na sociedade inteira, praticamente, por um motivo muito simples, mas ao mesmo tempo trágico: a transformação da experiência sensível direta em conceitos e idéias expressáveis em linguagem não é uma coisa fácil. Pouquíssimas pessoas, raríssimas, são capazes de proceder diretamente da sua experiência pessoal para o pensamento abstrato. É necessária uma mediação, dada pelos símbolos e pela imaginação. Se você tem determinada experiência, mas os símbolos que estão em circulação na sociedade não a abrange, você não vai conseguir expressar a sua experiência real, mas vai expressar um análogo dela, tal como está no imaginário coletivo. Você não vai dizer o que viu, mas aquilo que, do que você viu, parece com o que está nos símbolos e no imaginário coletivo. Para um símbolo como complexo de Édipo, por exemplo, existem milhões de problemas humanos que não tem nada a ver com complexo de Édipo, mas que serão expressos nesta linguagem, porque é a que existe. Hoje temos um símbolo chamado exclusão; existem milhares de fenômenos humanos que não tem nada a ver com exclusão, mas que serão expressos nesta linguagem porque é um símbolo eficaz, um símbolo de compreensão imediata e de comunicabilidade imediata. Note bem, as únicas pessoas capazes de elaborar intelectualmente a sua experiência direta, sem depender dos símbolos dominantes na sociedade, são os grandes escritores. Marcel Proust descreve experiências humanas que ninguém antes dele tinha descrito — aquilo não era dizível —, mas através da obra dele aquilo se torna acessível, então é todo um campo de experiência humana que se abre. O mesmo para Dostoiévski ou Tolstói. A elaboração intelectual da experiência pessoal direta é uma das coisas mais difíceis que existem. É curioso que as pessoas não levem isso em conta nas análises. Aqui você tem a situação que o sujeito está vivendo, aqui você tem os símbolos existentes na sociedade, o horizonte de consciência determinado pela intelectualidade, e a aqui você tem a imagem que este

sujeito vai formar da sua experiência.¹ Ele vai interpretar a sua própria vida não nos seus próprios termos, mas nos termos que a sociedade conhece e, às vezes, ele pode ir parar longe.

Por exemplo, [01:00] no Brasil todo mundo diz que a criminalidade é um resultado da pobreza. É uma coisa óbvia, quase instintiva você dizer isso. Para eliminar a criminalidade nós temos de eliminar os bolsões de pobreza, etc. Acontece que nenhum ser humano é capaz de agir em função da sua situação econômica real; é preciso que ele a interprete. A situação econômica não se transforma em pensamento diretamente. Por exemplo, eu passei toda a minha infância na pobreza, mas eu não percebia, absolutamente, que eu era pobre. Eu não tinha os símbolos para isso, porque eu via os outros garotinhos que eram muito mais pobres do que eu e eu ficava com dó deles. Até hoje o Lula tem uma dó extraordinária de si mesmo por ter sido pobre na infância. Eu fui muito mais pobre que ele e não tinha dó de mim. Eu achava que estava ótimo, porque eu via os outros mais ferrados ainda. Por exemplo, o nosso amigo Ronaldo Alves diz: “Eu fui mais discriminado na favela por ler livros do que na cidade por ser preto. Todo mundo ria de mim, eu era discriminado porque eu lia livros.” A situação econômica, diretamente, não pode induzir você a nenhuma ação, porque, para se transformar em ação, ela tem que se transformar primeiro numa idéia. É preciso que você tenha uma interpretação da situação e aí é que entra o fator cultural. Entre a sua situação econômico-social real e a sua ação existe uma mediação, a interpretação que você faz daquilo.

Os elaboradores desta interpretação são sempre os intelectuais. Note bem, embora a classe intelectual abranja desde os grandes sábios até o último palpiteiro ou tagarela de um jornal de internet, é claro que não são os grandes sábios que têm a influência predominante. Eles podem influenciar, evidentemente, mas o fator decisivo é a contínua elaboração de símbolos por parte da maioria dos intelectuais, que são os caras que ocupam o espaço verbal da sociedade. No começo, os intelectuais revolucionários, ativistas, acreditavam que estavam realmente falando em nome de interesses objetivos da classe pobre. Eles mesmos não viam a diferença entre situação econômico-social real e a interpretação cultural. No séc. XX acabaram enxergando, graças a Antônio Gramsci e outros que elaboraram o assunto. Eles chegaram até ao extremo — algo que eu até expus numas aulas atrás — do livro *Hegemonia e Estratégia Socialista*, escrito por dois ingleses² e que teve uma influência enorme, no qual dizem que a facção agente revolucionária não precisa representar nenhum interesse social objetivo, não precisa se apoiar em nenhuma classe, porque ela elabora livremente a linguagem e o imaginário da sociedade e através dessa elaboração ela se apresenta como representante de

¹ Nota do revisor: o prof. Olavo descreve a relação entre esses elementos relacionando-os aos três vértices de um triângulo formado com objetos dispostos sobre a sua escrivaninha: primeiro a situação vivida, correspondente a um vértice da base; depois os símbolos disponíveis, correspondentes ao vértice do topo; e finalmente a imagem formada da experiência, correspondente ao outro vértice da base.

² Nota do revisor: os autores são Laclau Ernesto y Mouffe Chantal, um argentino e a outra belga, expoentes da Escola de Essex, que é inglesa.

interesses que não existem, mas que se formam retroativamente para serem defendidos tão logo ela comece e subir no poder. Isso aí foi exatamente o que aconteceu no Brasil com o caso do Fome Zero, que criou, retroativamente, uma classe, antes inexistente, interessada na sua manutenção. Quem disse que o interesse da população pobre brasileira era receber dinheiro de graça do governo? Talvez fosse melhor dar emprego para eles ou ajudá-los a criar pequenas empresas, etc. Eles podiam ter mil e um interesses diferentes, mas o governo inventou o Fome Zero, criando uma classe interessada. Hoje a clientela do Fome Zero é realmente uma classe que defende a elite revolucionária que a criou.

Como dizia Lênin: “Não é que, o Partido represente o interesse do proletariado — interesses que o proletariado às vezes desconhece, inconscientes, e dos quais o Partido o conscientizaria —, [pois] não há interesse algum; nós criamos o interesse e esse interesse, por sua vez, cria uma classe interessada.” Este deslocamento entre situação sócio-econômica objetiva e a interpretação que as pessoas fazem dela é o elemento que nenhum analista leva em conta hoje em dia. Os analistas de mídia nem tem idéia e quando você vê os cientistas políticos, todos eles ignoram essa coisa; a não ser os estrategistas do próprio movimento revolucionário, que estão conscientes da coisa. Os outros estão boiando neste negócio.

Foi a partir daí que eu vi que era necessário fazer toda uma reforma da ciência social, fazer *As [Novas] Regras do Método Sociológico*, e a primeira regra é garantir — ao lidar com conceitos gerais abstratos descritivos, como burguesia, proletariado ou qualquer outro conceito genérico — que este elemento que você está descrevendo não é somente uma hipóstase, uma figura mítica que você criou, mas que ele corresponde às ações reais de pessoas reais. Há por um lado esses conceitos gerais e, por outro, a micro-história, que é a história das ações humanas reais que vão se condensando e criando estes mundos imaginários, nos quais as pessoas acreditam que vivem. Por exemplo, os militantes petistas têm uma série de sentimentos, de ambições, de ressentimentos e de valores e contra valores em comum, nos quais eles sentem participar. Eles têm uma espécie de solidariedade sentimental, emocional, porque eles acreditam que pertencem a uma entidade coletiva. Esses elementos se criam partindo de um imaginário existente e elaborando-os em termos que sejam sensíveis às emoções das várias pessoas.

Só pra dar um exemplo disso, até os anos sessenta e setenta, toda a esquerda revolucionária tinha horror, especialmente no Brasil, de campanhas de caridade. As campanhas de caridade eram para anestesiar o povo, para lhe dar umas migalhas, para impedir que ele tomasse consciência dos seus verdadeiros interesses. Até que, por volta dos anos setenta, apareceu um gênio da tática revolucionária, chamado Herbert de Souza: o Betinho, que disse: “Não, vocês estão muito errados, porque essas campanhas de caridade mobilizam todos os bons sentimentos das pessoas e você, se ficar contra, faz a figura do malvado.” A partir daí os partidos de esquerda tomaram conta, tomaram posse, de todas as entidades de caridade e com isto conseguiram ser identificados como os representantes dos bons sentimentos. O Fome Zero é a culminação da campanha do Betinho. Ele partiu de um elemento que

existia no imaginário e o elaborou mudando os personagens que representavam aqueles bons sentimentos.

Sempre tem de se partir de um imaginário existente. Este imaginário você não vai conhecê-lo através das pesquisas sociológicas, elas podem adiantar um pouquinho, mas você tem de [1:10] estudá-lo no material documental que o traduz da maneira mais direta possível, que são as canções populares, os programas de TV, os *shows* — é ali que está o imaginário — e também pela análise da retórica usada nos debates públicos. Quais são os *topoi*, os lugares comuns do discurso, aos quais as pessoas apelam constantemente? Se você fizer o repertório dos lugares comuns usados, você verá qual é o conjunto de valores e sentimentos que atualmente determinam e moldam todas as interpretações que as pessoas fazem do que acontece, inclusive do que acontece na sua vida particular.

Às vezes pode chegar um ponto em que todas as situações estão deslocadas. Eu já contei pra você a história de quando eu trabalhava na revista *Nova*, que havia uma sessão de cartas com respostas a consultas médicas e chegou a carta de uma mulher dizendo que sofria um problema de ejaculação precoce. Ela podia ter qualquer problema, menos esse, mas foi isso que ela ouviu falar e foi nessa linguagem que ela traduziu o seu problema, que certamente era completamente outro. Eu dou isso como exemplo do que hoje em dia acontece em massa no Brasil. As pessoas não sabem dizer qual é o seu problema. Elas dizem os problemas dos quais elas ouviram falar.

No Brasil, agora, nós temos um problema de segurança catastrófico: o homicídio de cinquenta mil pessoas por ano. Isso aí são duas guerras do Iraque por ano. Isso não é o tema principal nos debates porque não está no imaginário. O imaginário está todo forjado em termos de debates econômicos que abafam a discussão de uma situação real que é muito mais urgente do que qualquer problema econômico, porque, se você morrer, não adianta subir na vida. Você primeiro tem de estar vivo para depois melhorar sua vida. Se a preservação da sua vida não está garantida, de que adianta você receber um dinheiro do Fome Zero? Você tem um problema urgente, premente, angustiante, terrível, que é adiado e as pessoas ficam discutindo: problemas econômicos, impostos e outras coisas do mesmo tipo. Pode haver situações em que o debate público inteiro está deslocado em relação à situação real porque não há os elementos culturais, imaginários e linguísticos para expressar a situação real.

Isso aconteceu em várias épocas da história. Quem melhor documentou isso foi o próprio Alexander Zinoviev, que era professor de lógica e, para descrever o que se passava na sociedade soviética, teve que inventar uma lógica especial, uma lógica paradoxal, na qual tudo significava outra coisa, porque ali, justamente, tinha acontecido o problema de que — dentro de cada organização, de cada empresa, de cada entidade de pesquisa, de cada universidade — o divórcio entre os objetivos nominais das entidades e a luta pela ascensão política delas tinha sido completa. Eu dei o exemplo do sujeito que se tornou engenheiro chefe com diploma de filosofia, porque ele estava qualificado para a luta política dentro da empresa. Aí você cria uma situação

de ineficiência brutal e de impossibilidade da administração racional. A administração é irracional na parte econômica, mas na parte política ela é extremamente racional e consegue manter a dominação da sociedade; consegue manter uma elite no domínio completo da sociedade com uma eficiência brutal, ao mesmo tempo em que a economia da sociedade está indo para o buraco. Esse também é outro erro que os analistas sempre fazem. Nosso amigo Alejandro Peña Esclusa, por exemplo, que foi uma vítima de sua própria análise errada, de certo modo. Diz ele: “Não, na Venezuela a crise econômica derrubará o Chávez”. [Ele] não está entendendo que a crise econômica pode derrubar um governo quando as finalidades da economia e da política são convergentes, [mas], quando elas vão para [lados opostos], a desgraça geral da economia pode fortalecer o esquema político. Se crise econômica derrubasse governo socialista, o governo cubano não teria durado duas semanas, aliás, nem o governo soviético.

Essas situações requerem instrumentos de análise específicos — que o *establishment* universitário inteiro praticamente ignora — apropriados a essa situação. Eu sou membro da *American Political Science Association*, leio tudo que eles publicam e nunca vejo realidade lá: só esquemas, conceitos gerais, abstrações, mas nada que diga o que está realmente acontecendo. Você tem um caso de alienação extrema, mas essa alienação, por sua vez, fortalece o esquema político existente, porque todas essas pessoas que nada entendem da sociedade humana, entendem do funcionamento da classe dos cientistas políticos e da classe universitária. Na mesma medida em que são ignorantes da realidade externa, são bons dominadores de toda a técnica política para subir na vida.

Esses são alguns dos instrumentos de análise utilizados para poder descrever o que está acontecendo na América Latina, nos EUA, etc. Com isso fechamos essa introdução metodológica. Espero que isso seja útil, não só para vocês, mas para o pessoal do Seminário de Filosofia.

Transcrição: Instituto Olavo de Carvalho-Curitiba
Revisão: Eduardo Afonso de Aguiar